

Cidade Palimpsesto: Como o patrimônio industrial pode atuar sobre o novo?**Palimpsesto city: How can industrial heritage act on the new?**

DOI:10.34117/bjdv6n3-265

Recebimento dos originais: 30/02/2020

Aceitação para publicação: 12/03/2020

Lara Stival Garrote

Graduada em Arquitetura e Urbanismo

Instituição: Faculdade Mater Dei

E-mail: larastival8@gmail.com

Constança Camargo

Arquiteta e Urbanista

Instituição: Universidade Federal do Paraná

E-mail: conscamargo@gmail.com

Marlete T. Outeiro

Mestre em Desenvolvimento Regional

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

E-mail: marlete.outeiro@gmail.com

RESUMO

Ao mesmo tempo que a expansão urbana contribuiu para a formação de novas áreas com infraestrutura, acarretou no processo de esvaziamento das áreas centrais e foi uma das responsáveis no abandono de diversas edificações históricas da cidade. O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da reconversão de uso em edifícios históricos, com foco no patrimônio industrial, como forma de recuperação da paisagem urbana e sua relevância para a formação do sentimento de pertencimento em relação à cidade. A partir de uma revisão bibliográfica, a presente pesquisa pretende demonstrar novas reflexões da conservação do patrimônio e como este pode ser utilizado através da introdução de um novo uso condizente com as atuais necessidades econômicas e culturais de uma comunidade, criando uma sobreposição de significados como em um palimpsesto. A metodologia empregada foi a síntese de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Utilizou-se o projeto de restauro do Conjunto KKKK, promovido pelo escritório Brasil Arquitetura, e a LX Factory, ambos como estudo de caso para exemplificar as teorias aplicadas no referencial teórico. Como conclusão, a reutilização e a readaptação desses locais às necessidades contemporâneas, cumprem sua função social e cultural, além de contribuir com a sustentabilidade econômica e ambiental pelo reaproveitamento da infraestrutura.

Palavras-chave: Patrimônio. Conservação. Memória. Reciclagem. Palimpsesto.

ABSTRACT

At the same time that urban expansion contributed to the formation of new areas with infrastructure, it resulted in the process of emptying the central areas and was one of the responsible for the abandonment of several historic buildings in the city. The objective of this work is to demonstrate the importance of reconversion of use in historic buildings, with a focus on industrial heritage, as a way of recovering the urban landscape and its relevance for the formation of the feeling of belonging in relation to the city. Based on a bibliographic review, this research aims to demonstrate new reflections on heritage conservation and how it can be used through the introduction of a new use consistent with the current economic and cultural needs of a community, creating an overlap of meanings as in a palimpsest. The methodology used was the synthesis of a qualitative research with an exploratory character. The restoration project of the Conjunto KKKK, promoted by the Brasil Arquitetura office, and the LX Factory, both were used as a case study to exemplify the theories applied in the theoretical framework. In conclusion, the reuse and readaptation of these sites to contemporary needs, fulfill their social and cultural function, in addition to contributing to economic and environmental sustainability through the reuse of infrastructure.

Keywords: Heritage. Conservation. Memory. Recycling. Palimpsest.

1 INTRODUÇÃO

A reutilização de estruturas existentes tem sido uma das temáticas centrais no planejamento urbano, uma vez que os grandes centros têm enfrentado problemas relacionados à expansão urbana e à especulação imobiliária, especialmente devido ao seu movimento forçado em direção às bordas da cidade simultâneo à retenção de certos imóveis em áreas centrais que contribui para a formação de vazios nas urbanidades. Segundo Lerner (2003), os edifícios antigos são referências culturais de uma cidade e reutilizá-los, portanto, é uma forma de acupuntura urbana, visto que o patrimônio histórico cultural transcende seu aspecto material e transmite sensibilidades culturais que reconstroem a memória nacional, da qual é possível perpetuar a sua história, repensar novas práticas sociais, desenvolver o sentimento de pertencimento e melhorar a imagem da cidade.

Conforme Mazzuti (2017), as relações de produção artística, econômica, as transformações e até a decadência são representadas no percurso desses patrimônios como processo de construção cultural. A inserção de novas tecnologias e a inovação dos meios de informação, bem como a aceleração do tempo e as diferentes velocidades das atividades humanas passaram a interferir na vida útil do patrimônio arquitetônico, principalmente na relação entre indivíduo e espaço, levando ao declínio e encerramento de algumas atividades.

Uma vez que a dinâmica social e econômica de uma dada região não compartilha mais o uso original dessas construções, os exemplares de relevância patrimonial devem passar por processos de intervenções por meio de uma atividade relevante à comunidade para preservá-los, tendo como novo desafio a conciliação de movimentos antagônicos: transformação e preservação.

Assim, origina-se o termo “reciclagem” que promove a conservação e preservação dos edifícios históricos, além de permitir certas alterações como a reintrodução de um novo uso eficiente e compatível com as necessidades de uma sociedade. O presente artigo tem como objetivo demonstrar a importância da construção do pensamento crítico sobre os monumentos não volúveis e sua relação com o patrimônio arquitetônico industrial e vazios urbanos, bem como a reutilização e reciclagem desses exemplares para a construção da memória e identidade de um povo. O trabalho, por fim, também irá apresentar exemplos de interpretações do tema em questão e trazer formas contemporâneas de reciclagem do patrimônio industrial.

2 A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E VAZIOS URBANOS

A paisagem urbana é marcada pela constante transformação da passagem do tempo e apropriação do homem, deixando como vestígios diferentes tipologias arquitetônicas de variadas épocas para a formação da memória coletiva. A palavra “patrimônio” e seu conceito entre os antigos romanos de acordo com Funari e Pelegrini (2006), tem sua origem latina, *patrimonium*, e remete a todos os valores aristocráticos e privativos que poderiam ser herdados por testamento à figura paterna de uma família, incluindo bens móveis, imóveis, mulheres, filhos e escravos. A partir da Revolução Francesa, momento em que se institui uma nova ordem social, política, econômica e cultural na França, voltada à igualdade e ao compartilhamento de valores e costumes, nasce o conceito moderno de patrimônio cultural, não mais preso às tradições medievais, religiosas ou em âmbito privado, mas a conceitos de coletividade e unificação, fundamentais para consolidar a imagem de nação e nacionalidade (FUNARI, PELEGRINI, 2009).

Autores como Choay (2001) defendem a expressão “patrimônios históricos” como um conjunto de bens diversificados de uma comunidade que se associam pelo seu passado em comum, no qual estão inseridos em um acervo maior denominado “patrimônio cultural” de um povo. A ideia de patrimônio arquitetônico se refere a uma “coleção de objetos” de edificações do passado, com valores históricos e significativos, considerados dignos de preservação. Na Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios

(1964), realizada em Veneza, a ideia de monumento histórico passou a abranger não apenas edifícios isolados, mas também sítios rurais ou urbanos e obras que adquiriram com o tempo uma importância cultural para a sociedade, como a arquitetura rural, arquitetura industrial, vernacular, ecletismo, Art Nouveau, entre outras.

A cidade então, comporta todos os tipos de espaços construídos, e ao mesmo tempo que se alteram as formas, também se altera seu uso em função de inovações que ocorrem de tempos em tempos, envolvendo modificações morfológicas cada vez mais características à modernização (PESAVENTO, 2002). Entretanto, a incansável busca por novas construções associada as novas tecnologias, ocasionaram no tecido urbano a desocupação e o abandono de certas edificações históricas importantes para a construção de uma identidade comunitária.

Os edifícios abandonados industriais passam, portanto, a ser o foco dos primeiros estudos sobre vazios urbanos na Europa no período pós-industrial, sobretudo no sentido de ausência de uso e função devido a não apresentarem maior necessidade à cidade (BORDE, 2006). De acordo com Borge (2006), conceitua-se vazios urbanos: os terrenos dotados de infraestrutura e que se encontram subutilizados em relação ao seu potencial construtivo e a sua função social e econômica; os locais que possuem algum tipo de estrutura, mas que não abrigam qualquer atividade, ou abrigam atividades irrelevantes que subutilizam a estrutura física e simbólica; os desocupados, que se encontram vazios, e; os terrenos que estão em processo de esvaziamento.

O patrimônio arquitetônico industrial está constantemente associado aos conceitos de vazios urbanos, visto que existe uma maior dificuldade na compreensão de sua importância principalmente pela falta de sensibilidade em relação ao edifício que, quando abandonado ou subutilizado, envolve espaços imensos em áreas centrais propícias a uma pressão econômica e, por consequência, acarreta uma especulação imobiliária vinculada à projetos disfarçados de requalificação nos espaços industriais, transformando-os em um problema de larga escala.

Para Kuhl (2009), a atuação em edifícios e complexos industriais implica na escolha dos exemplares para sua proteção e contribuição com a herança cultural da cidade e, na maioria das vezes, devem intervir em uma proporção mais ampla, seja em bairros ou entre municípios, como forma de viabilizar sua preservação (KUHL, 2009; MENEGUELLO, 2011). Clemente, Silveira, Silveira (2011) reforçam o pensamento de que os vazios urbanos, especialmente o patrimônio arquitetônico subutilizado ou em abandono, devem ser vistos como potência para a implantação de algo relevante para a cidade, pela sua importância ambiental, posto que já estão edificadas e, principalmente, por seu valor simbólico e cultural.

A noção de bens culturais inclui diversas escalas de objetos, como a escala arquitetônica, com a circunstância comum de intensificar a identidade de uma nação e testemunhar o desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade. Entretanto, o diferencial do objeto arquitetônico é sua capacidade de se adaptar a uma nova funcionalidade ao se tornar obsoleto em seu uso original, mantendo a coerência entre a lógica espacial existente aos principais elementos da edificação ou àqueles que definam sua personalidade estética/construtiva (GORSKI, 2003).

2.1 MONUMENTOS VOLÍVEIS, NÃO VOLÍVEIS E A ARQUITETURA INDUSTRIAL

Choay (2001), em seu livro “A Alegoria do Patrimônio”, identifica que monumento é tudo o que uma comunidade constrói com a função de atuar sobre a memória para que as gerações futuras recordem os acontecimentos ou fatos que retratam uma sociedade em uma determinada época. Riegl (1903) reforça o pensamento de Choay, embasando a ideia de que o valor histórico do monumento tem como objetivo fortalecer os laços de consciência das comunidades, ações humanas ou destinos.

Ao analisar os valores atribuídos historicamente aos monumentos, Riegl (1903) afirma a existência de produções intencionais e produções não intencionais, retratadas por ele como monumentos volíveis e monumentos não volíveis, respectivamente. Ambos os casos estão envolvidos pelos valores de memória; contudo, nos monumentos volíveis, o valor de memória é instigado pelo criador da obra, e nos monumentos não volíveis ele é outorgado pela sociedade, pelos olhares dos historiadores e artistas que selecionam de forma meticulosa os edifícios aos quais passam a ser delegado o papel de monumento.

Logo, todo objeto pertencente ao passado pode ser convertido em testemunho histórico, mesmo que originalmente não tenha sido destinado para função memorial. De acordo com Riegl (1903), a denominação de “monumentos não volíveis” deve ser entendida em sentido subjetivo, pois seu significado e importância não provém mais do seu uso original, mas daquilo que os sujeitos contemporâneos atribuem a eles: trata-se do valor da memória e por isso fala-se em “monumentos históricos”.

A obra “O Culto Moderno dos Monumentos” (1903), retrata os principais valores atribuídos aos monumentos: os valores históricos, de antiguidade, os valores de rememoração, valor de arte, valor de novidade e os valores de uso. Esses valores muitas vezes podem ser contrastantes entre si, posto que a forma de lidar com o patrimônio na contemporaneidade também é uma questão de escolha conceitual. Um dos valores explicados pelo autor é o valor

utilitário ou valor de uso, que corresponde à importância do uso para uma edificação: um lugar que deixa de ter uma função que abrigava outrora, interfere psicologicamente de forma negativa no desenvolvimento da identidade de uma comunidade, visto que os valores históricos e culturais se perdem com a falta da atividade humana e de uso, gerando cicatrizes no espaço urbano (RIEGL, 1903). Por outro lado, o culto do valor utilitário demanda a manutenção do bem histórico para manter as necessidades materiais e evitar sua degradação natural, contrapondo aos valores de antiguidade.

Percebe-se então, a relação existente entre a arquitetura industrial com a teoria dos monumentos não-volúveis de Riegl (1903), pois, o propósito original desses edifícios não possuía a intenção de perpetuar suas formas arquitetônicas como monumentos, mas sim, locais para abrigar atividades produtivas ou de cunho industrial e tecnológico da época. No momento em que a sociedade enxerga o valor das edificações de caráter industrial como meio de resgatar a história e aproveitar sua estrutura para diferentes tipos de usos, têm-se os monumentos não-volúveis, construções em que seus significados são restituídos pela sociedade.

Com relação ao patrimônio industrial, a preocupação dada pela sua preservação em comparação com outros tipos de manifestações arquitetônicas é relativamente recente, ganhando destaque somente no início da década de 1950, com o surgimento da expressão “arqueologia industrial”. Contudo, o tema consegue uma atenção pública maior nos anos de 1960, por consequência de uma série de demolições de testemunhos arquitetônicos industriais (KUHL, 2009). Mazzuti (2017) também relaciona o interesse pelo patrimônio com a recessão do período industrial no Ocidente, dado ao grande número de edificações degradadas e inutilizadas que viriam a intervir no desenvolvimento urbano e nos meios sociais e econômicos. Nesse momento, iniciam-se as buscas de entendimento do porquê preservar e o que preservar nesses bens para reestabelecer seus significados.

Em 2003, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), publica a Carta do Patrimônio Industrial ou Carta de Nizhny Tangil, a qual orienta o modo como o patrimônio industrial deve ser conservado, partindo de investigações e análises das atividades desenvolvidas no local, de maneira a buscar novos usos compatíveis às características do espaço para que respeitem suas particularidades como meio de garantir a preservação do edifício. De acordo com o documento e Kuhl (2009), existe uma divergência entre os conceitos de arqueologia industrial e patrimônio industrial, em que o primeiro se refere a um conjunto de esforços interdisciplinares das ciências humanas como um todo e busca reconhecer as diversas peculiaridades da industrialização. Já o segundo termo, abrange os

vestígios de valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico, envolvendo desde maquinários à fábricas, sistemas de transporte, formas de produção de energia, residências, escolas e até edificações de pré-fabricados, que, para Kuhl (1998; 2009), entre todas as variantes, possuem como elemento comum os espaços voltados à alguma atividade produtiva que remetem a valores sociais na consciência de homens e mulheres, além da semelhança em relação aos aspectos construtivos, como a necessidade de possuir grandes vãos, utilização de vidro e tijolos aparentes e o uso do ferro como característica principal do período

Segundo Meneguello (2011), o Brasil, bem como outros países, possui um vínculo recente com o termo patrimônio industrial, sobretudo após a destruição de símbolos industriais, como fábricas, armazéns, ferrovias, entre outros, sendo o primeiro tombamento apenas em 1964, pelo conjunto formado da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó (SP). Ainda assim, o patrimônio industrial brasileiro é pouco reconhecido em seu território, sendo constantemente ameaçado de destruição e desaparecimento a cada dia. Meneguello (2011) afirma que as documentações, acervos, maquinários e artefatos relativos à atividade industrial, quando não são descartados, encontram-se mal organizados e em péssimo estado de conservação.

Assim, os exemplares mais significativos devem ser usufruídos no presente e no futuro, podendo ser aplicados conceitos de reciclagem que promovem não somente a conservação e preservação do local, mas também aquilo que Kuhl (2009) e Meneguello (2011) reconhecem como dimensão da memória do trabalho e dos trabalhadores, incluindo um conjunto de experiências industriais como técnicas e rotinas de produção, organização e sociabilidade. A valorização do patrimônio industrial deve ocorrer entre os órgãos governamentais de preservação e entre a própria comunidade em si, visto que os novos usos devem estar articulados à região em que estão inseridos de forma a impulsionar novas atividades de cunho cultural e, inclusive interligadas à novos meios de produção e economia, para que de fato haja uma conexão entre a importância do monumento com a sociedade, sempre buscando evitar a deturpação do patrimônio histórico.

2.2 PALIMPSESTO DA URBS: NOVAS PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

Atualmente, o patrimônio em geral está exposto ao esquecimento, à falta de uso e muitas vezes, ao abandono. No livro “Catecismo da Preservação de Monumentos” de Max Dvorak (1916), o autor ilustra a destruição de antigas obras de arte como resultado de ideias

equivocadas de progresso, especialmente quando julgadas inadequadas aos “novos tempos”. O autor insiste na necessidade de mostrar que os monumentos históricos são a tradução viva de nossa vida espiritual e, ao destruir o patrimônio, o homem empobrece os laços com a pátria, perdendo o vínculo com o próprio presente e com seus próprios meios de expressão.

Naturalmente, em consequência do tempo, antigas construções apresentam diferentes tipos de danos que necessitam de cuidados especiais para sua conservação. Brandi (1963) defende que a prática de conservação faz parte de uma gama infinita que envolve intervenções simples às mais radicais, desde que não cometam um falso artístico ou um falso histórico. Um dos maiores equívocos é acreditar que as reconstruções realizadas em prol do dogmatismo estilístico podem devolver às construções sua forma original, visto que os monumentos são sempre únicos e não reproduzíveis (DVORAK, 1916).

As recomendações de intervenções em ambientes construídos, elaboradas sob a forma de cartas patrimoniais, têm sido temas de debate desde 1931, no Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos em Atenas, até os dias de hoje. Segundo Melo (2009), as cartas patrimoniais são documentos de orientação que estabelecem diretrizes que podem ser seguidas para garantir a conservação e preservação de edifícios históricos e são desenvolvidas pelo ICOMOS, organização internacional ligada à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

De acordo com a Carta de Veneza (1964), a conservação de monumentos históricos é sempre favorecida por uma destinação de função útil para uma comunidade, limitando a não alterar a disposição ou decoração do edifício, enquanto a restauração termina onde começa a hipótese e tem como objetivo conservar e demonstrar os valores históricos e estéticos do monumento, ao mesmo tempo que o trabalho complementar, no plano de reconstituições conjecturais, deve-se destacar da composição arquitetônica com as marcas dos tempos atuais.

No Brasil, a temática do patrimônio se engaja à causa de proteção aos bens culturais de valor histórico e artístico, sendo politicamente relevante a partir da década de 1920, em um contexto cultural marcado pelo surgimento do movimento modernista com vistas à identificação de elementos genuinamente nacionais e à criação de uma nova linguagem estética a partir desta fonte, tendo como resultado, em 1936, a criação de um órgão próprio voltado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa como chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (FONSECA, 2005).

A partir desse momento, o SPHAN desenvolveu mecanismos legais e institucionais para proteger o patrimônio brasileiro, sendo o principal ato jurídico o de tombamento, dispondo da função de catalogar os edifícios de importância histórica. Entretanto, os critérios adotados pelo órgão para a seleção de bens priorizavam determinados tipos de monumentos ao mesmo tempo que desprezavam outros, culminando na destruição de inúmeros exemplares da arquitetura *art nouveau*, eclética e industrial, restando poucos modelos no âmbito do patrimônio brasileiro. Além do mais, o estado físico do bem era determinante para o processo de tombamento, sendo muitas vezes alegado de valor histórico insuficiente para ser tombado em razão de seu estado precário (FONSECA, 2005). Ainda segundo a Fonseca (2005), o patrimônio brasileiro se constituía, em um primeiro plano, voltado ao ponto de vista estético, ao invés de prevalecer o valor histórico, além de muitas vezes obedecer a critérios subjetivos de quem propunha os tombamentos.

Castriota (2007) divide a política de preservação do patrimônio brasileiro em três modelos: o primeiro modelo se constituía no envolvimento de arquitetos em relação as edificações, estruturas e artefatos de valores históricos ou estéticos, tendo como marco legal o ato de tombamento, sendo seu principal agente o Estado; no segundo momento, o conceito de patrimônio passa por uma “evolução” nas práticas de preservação, através do entendimento da relevância da escala urbana e da paisagem; o terceiro momento tem como diferencial do segundo a inserção de novos instrumentos urbanísticos como edificação compulsória, direito de preempção, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, entre outros, e tem como principal agente a parceria entre sociedade e iniciativas privadas.

Gorski (2003) afirma que ao se tratar de questões referentes às intervenções em edifícios, deve-se perceber a diferença entre preservar e congelar o passado apenas como modo de contemplação. Assim, a partir dos anos de 1960, surgem novas formas de intervir nos bens patrimoniais, denominadas com o prefixo “RE-“, que estão associadas ao resgate urbano e econômico de uma área ou edifício, porém, às vezes podem ser relacionadas ao entendimento de gentrificação (OLIVEIRA, 2016). Os conceitos “RE-“ abordam temas de renovação urbana, revitalização, reabilitação, reconversão ou reciclagem, entre outros, sendo o último o principal para compreensão do presente trabalho:

2.2.1 Renovação

Conforme a Carta de Lisboa Sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995), a renovação urbana refere-se a ações em áreas degradadas e sem reconhecimento de patrimônio

arquitetônico, que consistem na demolição e na substituição de estruturas existentes por edificações contemporâneas e com uma nova estrutura funcional de serviços. Entretanto, a renovação de um local traz consequências significativas e negativas na esfera social e morfológica da *urbs*, devido à valorização da área e o alto preço imobiliário, a população residente e os pequenos serviços acabam sendo forçados a se mudarem ou são expulsos do antigo bairro, por não conseguirem arcar com os custos dos novos serviços, comércios, etc., fenômeno denominado como gentrificação. Além disso, a renovação contribui com o parcelamento do solo e demolições de certos locais ocasionando perdas de vínculo de vizinhança (OLIVEIRA, 2016).

2.2.2 Revitalização

A revitalização é um conjunto de operações com o objetivo de reativar e/ou reanimar os aspectos econômicos e sociais de uma parcela da cidade que se encontra descaracterizada ou em declínio (“Carta de Lisboa”, 1995). Segundo Kara (2012), a revitalização surge em oposição à renovação urbana e possui estratégias relacionadas ao interesse público e privado para a valorização de áreas decadentes com potencial econômico, histórico e turístico para a cidade. Apesar do processo de revitalização contribuir com novos polos econômicos e com a preservação histórica de determinada porção da cidade, ela também traz consequências como especulação imobiliária e gentrificação (KARA, 2012; OLIVEIRA, 2016).

2.2.3 Requalificação

A requalificação urbana segundo a Carta de Lisboa (1995), também consiste na intervenção em áreas degradadas, sobretudo em locais de habitação, com finalidade de implantar atividades e exigir a manutenção da infraestrutura dos espaços públicos e a melhoria das condições de vida da população residente. A Carta aproxima os termos de requalificação e revitalização por ter como principal objetivo a inserção de novas atividades econômicas em áreas decadentes para sua revalorização. Entretanto, para Pasquotto (2010) citado por Oliveira (2016), a requalificação consiste em um processo menos traumático que a revitalização ou renovação, por evitar a supervalorização e a especulação imobiliária e manter as populações residenciais enraizadas em seus bairros.

2.2.4 Reabilitação

O processo de reabilitação definido pela Carta de Lisboa (1995), envolve estratégias de requalificação para melhorar os aspectos sociais, econômicos e culturais de uma parte da cidade, a fim de contribuir com a qualidade de vida da população residente através da inserção de infraestrutura e instalação de novos equipamentos, mas sem a descaracterização da identidade da comunidade habitante. Ainda segundo o documento, a reabilitação deve manter o máximo do existente construído, pautando-se em intervenções mínimas e específicas para resolver anomalias construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança, as quais acarretam um menor custo, além de manter a historicidade viva do patrimônio pela continuidade da população residente (“Carta de Lisboa” 1995).

Assim, esse procedimento tem como princípio o reordenamento do espaço histórico, por meio do embelezamento da paisagem urbana com a recuperação e a reintrodução de elementos e características arquitetônicas e culturais de um território limitado (SILVA, 2006).

2.2.5 Reconversão ou Reciclagem

Os conceitos anteriores apresentados estão relacionados especialmente às intervenções realizadas na escala urbana. Os termos reconversão ou reciclagem são conceitos –RE mais específicos para ações em edifícios existentes com potencial de transformá-los em espaços de apropriação, ainda que com funções diferentes do seu uso original (GORSKI, 2003). Ao contrário do que ocorre com o *retrofit*, que também tem como objetivo melhorias e adaptações da estrutura existente para estender a vida útil do patrimônio, mas sem que haja alteração da sua função inicial, a reconversão busca a adaptação do patrimônio em uma nova destinação útil, contemporânea e relevante para a comunidade usufruir, com o mínimo de impacto e modificações possíveis para manter sua significância cultural (OLIVEIRA, 2016; “Carta de Burra”, 1980).

Gorski (2003) afirma que no caso de reconversão de uso ou reciclagem, a função proposta deve estabelecer uma interação com seu entorno e às influências às quais o edifício está submetido, além de serem levados em consideração outros tipos de uso para o edifício em questão, caso sejam necessárias novas substituições de uso ao longo de sua existência.

O conceito de reciclagem ou reconversão pode ser associado a definição de palimpsesto, uma analogia aos antigos papiros do qual se apagou a primeira escritura para o reaproveitamento de outro texto, mas que deixa traços que podem ser recuperados. No caso, a cidade é uma sobreposição de tempos em camadas, mais ou menos aparentes, e que retêm

significados para a população como o registro físico e palco de manifestações de variadas épocas (MELO, 2009; AGUIAR, 2007)

Segundo Pesavento (2002), o palimpsesto da urbs deve buscar os espaços perdidos no tempo, onde as formas e fragmentos de diferentes épocas podem compor uma cena de significados, nos quais as arquiteturas de vários tempos podem ser preservadas, adaptando-se a novas funções e usos por meio de requalificações ou reconversões.

Entender as tipologias de intervenções e suas diferenças é fundamental para compreender os exemplos apresentados neste trabalho. Tanto o conceito de reciclagem como *retrofit* buscam a inserção de novas tecnologias para prolongar a vida útil do edifício e melhorar sua funcionalidade e conforto para se adaptar a uma nova realidade urbana, além de contribuir com o resgate da memória através da revalorização do patrimônio arquitetônico e possibilitar novas fontes de economia, emprego e oportunidades de fácil acesso para os cidadãos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se de uma síntese detalhada e complexa da literatura especializada, a qual possui abordagem de temas relacionados ao patrimônio arquitetônico, em especial o patrimônio industrial e sua relação com os monumentos não volúveis, bem como as diversas possibilidades de conservação e/ou preservação dos mesmos através dos novos conceitos –RE que transformam edificações históricas em lugares relevantes para a população e sua memória.

Tem como propósito demonstrar a convergência entre a arquitetura industrial com locais de cultura e economia criativa, como meio de ressignificar os edifícios abandonados ou subutilizados para usos compatíveis ao seu potencial construtivo e sua relevância histórica para sociedade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo e de caráter exploratória.

O trabalho foi realizado no ano de 2019, em Pato Branco – Paraná, em que foram utilizados livros conceituais da Biblioteca da Faculdade Mater Dei, além de artigos científicos e Trabalhos de Conclusão de Curso relacionados ao assunto estudado. Os principais autores utilizados para a pesquisa foram: Alois Riegl, Andreia de Lacerda Pessoa Borde, Beatriz Mugayar Kuhl, Cesari Brandi, Fabien Eychenne e Heloisa Neves, Françoise Choay, Joel Gorski, Júlia Mazzuti, Larissa Arruda de Oliveira, Leonardo Barci Castriota, Maria Cecília Londres Fonseca, Max Dvorak, Marianne Domeneghetti Crepaldi e Sandra Jatahy Pesavento,

Thais Toguchi. Foram utilizados também os documentos a respeito da preservação e conservação de monumentos, como a “Carta de Burra”, “Carta de Lisboa”, “Carta de Nizhny Tangil”, “Carta de Veneza” e no âmbito da economia criativa foi utilizado o Relatório da Economia Criativa.

De modo a estudar as referências arquitetônicas relacionadas ao tema, foram analisadas duas referências relacionadas a reciclagem de edifícios industriais, o Conjunto KKKK – Brasil Arquitetura, em Registro – São Paulo, adaptado para um centro de aprendizado e espaço cultural. Também foi analisado um antigo complexo fabril, a LX Factory – Lisboa, Portugal – para demonstrar como o novo modelo econômico baseado na abordagem da economia criativa, foi objeto de recuperação de uma área que antes se encontrava degradada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo visa apresentar exemplos de reconversão e preservação de antigas áreas industriais a nível nacional e internacional. São projetos que Lerner (2003) denomina de “acupuntura urbana” e tem como função a busca de soluções pontuais para interferir positivamente tanto na comunidade local, como no tecido urbano, visto que antes se encontrava afetado pelo abandono e depredação dessas construções. Além de *ressignificar* uma área que antes se encontrava degradada e gerar melhorias nos espaços construídos, as intervenções agem na escala do entorno, da paisagem e em seu contexto social e econômico, uma vez que o patrimônio se torna uma referência para a cidade e passa ter efetiva participação da população, eventos culturais, entre outros.

4.1 REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS:

A seleção das obras a seguir tem como base teórica a pesquisa bibliográfica, partindo de análises do porquê preservar, o que preservar e como preservar, principalmente na escolha dos novos usos compatíveis com as características da estrutura existente, de modo a não danificar suas particularidades, pensamentos e diretrizes reforçados por Kuhl (2009) e pela Carta Nizhny Tangil (2003). Portanto, serão exemplificadas: duas referências arquitetônicas que exemplificam a importância da transformação do patrimônio arquitetônico industrial, o qual se encontra como vazio urbano, para o que Riegl (1903) denomina de “monumentos não volúveis”, ou seja, transformados às condições de monumento, aliados à relevância de seus novos usos para a memória da comunidade e fortalecendo a concepção de cidade como palimpsesto.

4.1.1 O patrimônio industrial como local de aprendizado e cultura: O caso do Conjunto KKKK

Dentre as várias opções possíveis para intervenção de um edifício histórico, destaca-se a opção por equipamentos culturais como centro reestruturador para grande parte dos casos de reabilitações de bens patrimoniais, principalmente devido ao elo existente entre cultura e os ideais históricos pertencentes à um objeto patrimonial, em especial, às relações de identidade por ele fomentadas. Entretanto, existe uma dificuldade ressaltada por Mazzuti (2017) em enxergar a conexão entre um bem industrial com a possibilidade de inserção cultural para sociedade contemporânea, tanto por sua proximidade cronológica como pelo seu caráter produtivo e utilitário.

É importante analisar e discutir a importância dos exemplos que retratam a reciclagem dos bens patrimoniais industriais, uma vez que esses edifícios também pertencem à esfera da memória e da cultura comunitária relativa aos meios de produção e associações de trabalho. Assim, como um dos exemplos primordiais de ressignificação da arquitetura brasileira, tem-se o Conjunto KKKK readaptado para novas funções essenciais para a comunidade e de seu contexto urbano.

O Conjunto KKKK, refere-se ao nome da Companhia Ultramarina de Desenvolvimento Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, responsável pelas primeiras imigrações japonesas no vale do rio Ribeira de Iguape, Registro – São Paulo, região promissora para o cultivo de arroz. Teve seu funcionamento a partir de 1922, com a construção de quatro armazéns e um edifício de engenho para o beneficiamento do arroz que funcionaram até o período de 1939, com a Segunda Guerra Mundial, constituindo-se como o principal testemunho da colonização e dos assentamentos na região (NAHAS, 2009).

Como iniciativa do escritório Brasil Arquitetura, o conjunto industrial foi restaurado em 1996 de modo a priorizar a recuperação do patrimônio que detém a história do município e de sua população, em especial, da imigração japonesa. Os estudos de reabilitação tiveram apoio da Prefeitura de Registro e do Governo do Estado de São Paulo e contam com um programa de necessidades bem abrangente: Centro de formação de professores da rede estadual, centro de convivência e exposição, memorial da imigração japonesa, salas administrativas, sala de estar, sanitários e apoio para funcionários e Teatro-Auditório o qual possui uma edificação nova.

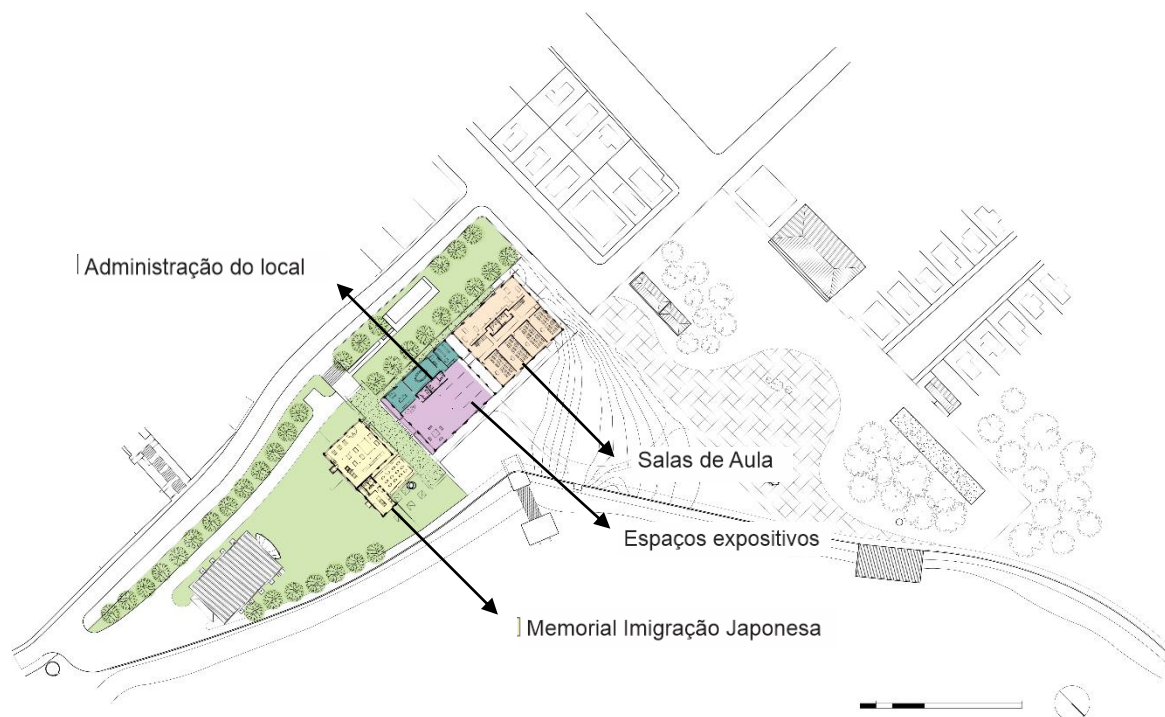
Figura 1 – Vista Geral do Conjunto Após Intervenção



Foto: Nelson Kon – Fonte: Acervo do escritório Brasil Arquitetura, 2001.

A Figura 1 apresenta a vista do Conjunto KKKK após a intervenção realizada pelo escritório. A ressignificação da área incluiu a restauração das estruturas existentes, as quais aparecem na Figura 1 em tijolos aparentes e que se encontravam bastantes deterioradas pela ação do tempo. Os arquitetos também utilizaram de princípios similares ao da Carta de Veneza (1964), em que as novas edificações ou intervenções são destacadas por materiais contemporâneos, como a caixa de fechamento metálico pintada de vermelho, situada ao lado externo do prédio do antigo Engenho para abrigar o elevador, a utilização de muxarabis em alguns fechamentos do conjunto e a substituição das antigas portas de madeira por portas metálicas, também pintadas de vermelho. As intervenções da marquise de concreto como releitura do antigo avarandado e o novo acréscimo do Teatro-Auditório revestido de pintura branca, respeitam a construção já existente e demonstram a distinção da temporalidade entre o KKKK e o novo edifício.

Figura 2 – Planta Baixa do Conjunto e sua Setorização



Fonte: Acervo do escritório Brasil Arquitetura, 2001. Modificado pela Autora, 2019.

A Figura 2 representa a setorização do conjunto KKKK de acordo com o programa de necessidades exigido.

O edifício de três pavimentos que antes abrigava o antigo Engenho, foi incorporado o Memorial de Imigração Japonês e adaptado com a intervenção metálica da caixa do elevador. O centro de formação de professores está localizado nos dois primeiros galpões do conjunto, onde foram incluídas salas de aula para a utilização de 300 profissionais por semana. Outros dois galpões posicionados entre o centro de formação e o antigo Engenho, foram transformados em espaços de exposição ou usos múltiplos, abrigando também a administração local e um novo centro de convivência para a cidade de Registro (NAHAS, 2009).

Figura 3 – Ligação entre os Espaços K1, K2, K3 e K4 pela Marquise de Concreto



Foto: Nelson Kon – Fonte: Acervo do escritório Brasil Arquitetura, 2001.

A Figura 3 apresenta a ligação de todo o conjunto histórico dos prédios antigos pela marquise de concreto. Segundo a entrevista dos arquitetos concedida à Nahas (2009), o escritório propôs refazer as coberturas dos galpões através de uma nova estrutura de madeira e manter a tesoura metálica original do edifício do Engenho, intervindo apenas com uma espécie de contra-ventamento para reforçar a estrutura.

Ainda segundo a entrevista realizada por Nahas (2009) com os arquitetos do Brasil Arquitetura, a própria população de Registro apresentava um bloqueio em relação ao potencial cultural da obra arquitetônica, reafirmando o pensamento de Mazzuti (2017) já demonstrado. A partir do momento em que se inicia o processo de restauração dos edifícios e a introdução do centro de capacitação de professores juntamente com o memorial japonês, tem-se uma participação da comunidade no projeto, em especial a comunidade japonesa que buscava resgatar sua história.

Mazzuti (2017) traz a reflexão de que o museu é uma consequência da necessidade de se reafirmar a cultura de uma identidade, por isso a importância da instalação do mesmo no Conjunto KKKK.

Partindo desses preceitos de espaço cultural e pertinência ativa em relação ao patrimônio, é possível entender o museu como uma consequência. Ele é ao mesmo tempo espaço cultural criado pelo homem e reflexo dessas criações ao longo do tempo. É um lugar que surge pela necessidade de cultura enquanto representação, identidade, a qual se mostra por meio não só de obras de arte, mas de conjuntos arquitetônicos, peças, crenças e hábitos ali

representados e vivenciados. Congrega em si a representação e aglomeração de elementos tangíveis (quadros, esculturas, máquinas, objetos) e não tangíveis (conhecimentos, técnicas, histórias) que compõe a cultura humana, nesse caso a cultura antropológica de um local específico e das relações ali desenvolvidas ao longo do tempo (MAZZUTI, 2017, p. 28).

Assim como retrata Mazzuti (2017), os edifícios históricos pertencentes à categoria de patrimônio industrial, como o Conjunto KKKK, quando reformulados e resgatados, participam da memória ativa da sociedade por meio da difusão de intelectuais com o próprio bem histórico, de forma a preservá-lo enquanto elemento fundamental e estruturador da dinâmica cultural urbana. Além do mais, com o funcionamento do centro de capacitação no antigo conjunto, fez com que gerasse novos tipos de economia para a cidade de Registro, desde hotéis e pousadas para hospedar os professores à restaurantes.

A ideia de resgatar o KKKK trouxe não somente a autonomia do edifício enquanto necessidade de cultura e representação de identidade da comunidade, mas também o propósito de recuperação de uma parcela da cidade através da aproximação com o rio. O projeto Parque Beira Rio surgiu junto com a restauração do KKKK, reestabelecendo os laços da população com o rio, como origem da urbanização e como elemento paisagístico que, até então, sofria discriminação devido as enchentes e problemas sociais (NAHAS, 2009).

O Brasil Arquitetura consegue realizar intervenções pontuais no local sem que prejudique a leitura do conjunto industrial e estabelece um diálogo apropriado entre o antigo e o novo, devolvendo à seu contexto urbano seu caráter, funcionalidade e valor ao espaço. Com as novas funções, a arquitetura permite o resgate e a revalorização das memórias e da história da cidade, atribuindo inúmeras significações associadas a novas culturas e, sobretudo, devolvendo o ‘direito de cidade’ para um imóvel e para a região. O palimpsesto arquitetônico é justamente a perspicácia em observar na paisagem urbana os lugares que possibilitam uma sobreposição de sentidos composta pelo passado e presente.

4.1.2 A economia criativa como modelo de recuperação para o patrimônio industrial: LX Factory.

A LX Factory é hoje a antiga Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, um conjunto de edificações industriais construídas em 1849, de acordo com os moldes das fábricas inglesas e foram desenvolvidas pelo arquiteto João Pires da Fonte. A antiga fábrica está situada na área industrial próxima a zona ribeirinha de Santo Amaro e Alcântara, região estratégica para o assentamento das unidades fabris entre os séculos XVIII e XIX, devido à proximidade da via

férrea e o porto marítimo, permitindo a facilidade de escoamento de produtos e importação (RODRIGUES, 2017).

Da mesma forma que vários outros edifícios fabris, o complexo industrial passou por diversos processos de desmantelamento e abandono em consequência da procura de empresas para a periferia em busca de áreas mais amplas para suas instalações e com fácil acesso ao transporte rodoviário (RODRIGUES, 2017). Surge, então, em 2007, a iniciativa de um grupo de investimento imobiliário para transformar a antiga unidade fabril em um nicho de indústrias criativas, uma das formas de atuação da economia criativa, recente modelo econômico cujo principal objetivo é instigar a criatividade para a criação de produtos originais, inovadores e até culturais (SCHADECK, 2015).

A economia, assim como o patrimônio arquitetônico, possui uma relevância simbólica e cultural à sociedade e se faz presente em diversas formas de seu cotidiano. A economia criativa é uma extensão da criatividade, determinada pelas “indústrias criativas”, ou ainda, “indústrias da cultura”, uma vez que o conceito antropológico de “cultura” explora determinadas possibilidades e limites de desenvolvimento, sendo a interpretação chave da vida social e que se encontra em constante adaptação para seu enquadramento temporal e territorial (MATTA, 1981). Entretanto, as indústrias da cultura são aquelas que produzem e comercializam conteúdos culturais, com propriedade intelectual e, além de qualquer valor comercial, possuem valores culturais não monetários para a sociedade, que garantem o acesso à democratização (RELATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA, 2010). Enquanto as indústrias criativas, termo relativamente recente, abordam atividades comerciais baseadas em conhecimentos artísticos e de capital intelectual que, até recentemente, não possuíam valores econômicos (UNCTAD, 2004).

Outro aspecto relevante para a pesquisa é a correlação existente entre o patrimônio industrial e economia criativa, uma vez que ambos fazem parte de tipologias de modo de produção, mesmo que em tempos diferentes, mas com semelhanças no âmbito laboral, podendo inserir a estrutura projetual de uma fonte de economia criativa em um equipamento histórico industrial sem que haja descaracterização, reforçando o ideal de dinamismo urbano que transforma e reiventa seus significados.

O novo uso do edifício de “nicho criativo” engloba 98 empresas de diversas áreas vinculadas à profissionais da indústria, moda, arquitetura, design, lazer, publicidade, artes plásticas, música, novas tecnologias, entre outras, essa diversidade contribui com o dinamismo do ambiente, atraindo vários tipos de público e visitantes. Os espaços de trabalho possuem

valores baixos de aluguel que colabora com a instalação de jovens empreendedores e, com o resgate de uma parcela da cidade que até então se encontrava escondida por vários anos, por meio da indústria criativa (RODRIGUES, 2017).

Figura 4 – Ligação entre as edificações do Complexo Industrial.



Fonte: Portugal Tourist Info, 2019.

A Figura 3 representa as edificações do complexo industrial e suas novas funções para o público, além da ligação entre as mesmas.

Figura 5 – Porto do Período Industrial



Fonte: Portugal Tourist Info, 2019.

A maioria das intervenções atuam de forma pontual, essencialmente para a adaptação de normas de incêndio e evacuação. Existem ainda, intervenções na subdivisão dos espaços, na diferença do emprego de materiais contemporâneos e na alteração dos acessos, mesmo

assim, algumas das portas do período industrial foram mantidas como acesso às empresas, bem como o portão de acesso principal (Figura 5).

Figura 6 – Edificações Industriais em Tijolos Aparentes



Fonte: Portugal Tourist Info, 2019.

As fachadas, como demonstra a Figura 6, e caixilharias de ferro não tiveram qualquer tipo de tratamento ou alteração, o que intensifica seu caráter industrial. Como demonstra Rodrigues (2017), as ações realizadas respeitam a forma e materialidade das edificações, não intervindo de forma a descaracterizar o edifício ou gerar um falso histórico.

A Lx Factory é um exemplo de “acupuntura urbana”, pois, ao mesmo tempo que propõe o resgate de um lugar marcado pela história de um povo e intensifica o sentimento de pertencimento, a nova proposta consegue introduzir dinâmicas contemporâneas no âmbito econômico e cultural para cidade por meio de um uso também relacionado ao antigo processo fabril que então existira no local. Ademais, as referências arquitetônicas reforçam o pensamento de Riegl (1903) quanto a importância das produções não intencionais (monumentos não volúveis) referentes aos valores de memória e de uso, uma vez que seu significado é ampliado com a nova função. Também demonstram a relevância do patrimônio industrial acentuado por Kuhl (2009) para a memória do trabalho e sua versatilidade para novos usos, em especial aos novos tipos de economia e manifestações culturais.

Desse modo, apesar da transformação e preservação serem movimentos antagônicos, a reciclagem de edificações mostra-se como meio convergente de transformar o que necessita

ser transformado (função) e preservar o que precisa ser preservado, não somente a edificação, mas sua importância histórica.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da importância da presença do patrimônio arquitetônico histórico e seus conceitos, por meio das pesquisas sobre as diferentes tipologias de monumentos, com foco especialmente no patrimônio industrial. Na sociedade contemporânea, percebe-se que a arquitetura industrial pode ser trabalhada em diversos meios, desde restauro, reabilitação, reconversão e requalificação urbana, oferecendo uma recuperação artística, econômica e social às cidades. É importante ressaltar que, neste trabalho, compreende-se os valores de uso como eixo reestruturador desses locais e a relevância dos monumentos não-volúveis para a recuperação dessas áreas degradadas. Por meio da reconversão dos edifícios históricos às necessidades urbanas e da própria população, os locais que antes se encontravam desvalorizados e em descaso, passam a retomar os valores da memória e cultura, conforme explicado na pesquisa.

Diante das considerações acima, a introdução de equipamento cultural, associado aos conceitos de economia, pode se tornar uma estratégia de reconversão de edifícios industriais e contribuir com a dinâmica social por meio da disseminação de cultura e conhecimentos, além de potencializar a manutenção física da edificação e o reaproveitamento do monumento como um recurso econômico de aprendizado que busca o desenvolvimento sustentável. A essência, portanto, é demonstrar como a revalorização patrimonial pode reconstruir a imagem e a economia de uma cidade e embasar uma consciência acadêmica, a qual encontra-se pouco valorizada em relação às disciplinas de restauro e patrimônio, de modo a criar novas reflexões sobre as edificações históricas, memória e identidade e seus possíveis potenciais com o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

BLASCOVI, Keila de Matos. Reabilitação Urbana: O fenômeno da centralidade e o uso funciona de edifícios não utilizados ou subutilizados nos centros urbanos. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

BORDE, A.P.L. Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas. 2006. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Coleção Cantos do Rio, 3ª edição, São Paulo, Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL Arquitetura. Disponível em: <<http://brasilarquitetura.com/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

CARVALHO, Gonçalo José Veloso Queirós de. A Reciclagem dos Usos Industriais e as Novas Tipologias de Actividades e Espaços de Cultura Caso de estudo: LX Factory. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.9-31, 2007.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP - Estação Liberdade, 2001.

CLEMENTE, Juliana Carvalho; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; SILVEIRA, Júlio Gonçalves da. Vazio Urbano ou Subutilizado? Entre Conceitos e Classificações. Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2011. p. 40-70.

CRISTINA MENEGUELLO, 2011, Campinas. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. Florianópolis: Udesc, 2011. 16 p.

DVORAK, Max. O catecismo da preservação dos monumentos. Viena: Ateliê Editorial, 1916.

FANUCCI, Francisco; FERRAZ, Marcelo. Conjunto KKKK e Parque Beira rio Registro, SP. 1996. Disponível em: <<http://brasilarquitetura.com/#>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GORSKI, Joel. Reciclagem de uso e preservação arquitetônica. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Lisboa. Disponível em:

https://www.culturanoorte.pt/fotos/editor2/1995__carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urba

na_integrada-1%C2%BA_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf. Acesso em: 10 de abril. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Nizhny Tangil. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 10 de abril. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Burra. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Veneza. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

KON, Nelson. Imagens da Arquitetura Brasileira. Disponível em: <https://www.nelsonkon.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2019.

KUHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

KUHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos do restauro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEMONS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LERNER, Jaime. Acupuntura Urbana. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

LXFACTORY, LISBON. Disponível em: <https://www.portugalvisitor.com/lisbon/lxfactory>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MATTA, Roberto. Você tem cultura? Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4579461/mod_resource/content/1/Leitura%20complementar_DaMatta_Voc%C3%AA%20tem%20cultura%2019.03.pdf. Acesso em: 28. Nov. 2018

MAZZUTI, Júlia. Memórias em Série. 2017. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MELO, R. F. A. DE. Edifícios novos em sítios históricos: análise dos impactos sobre a autenticidade e integridade do patrimônio construído. [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

NAHAS, Patrícia Viceconti. Brasil arquitetura: memória e contemporaneidade. Um percurso do Sesc Pompéia ao Museu do Pão (1977-2008). Dissertação de mestrado. Orientador Abilio Guerra. São Paulo, FAU Mackenzie, 2009
<www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=157125>.

OLIVEIRA, Larissa Arruda de. Reciclagem do antigo açougue Garmatter: habitação social e reabilitação urbana. 2016. 123 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PESAVENTO, Sandra latally. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Esboços, [s.i.], v. 11, n. 11, p.25-30, 2004.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Risco: São Paulo, 2006.

RIEGL, Alois. O Culto Moderno dos Monumentos. São Paulo: Perspectiva, 1903.

SEGAWA, Hugo; FANUCCI, Francisco P.; FERRAZ, Marcelo Carvalho. O Conjunto KKKK. Registro: Grupo Takano, 2002. 96 p.

UFRGS. Atlas Econômico da Cultura Brasileira. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV%20-%202017%20->. Acesso em 28 nov. 2018.

UNCTAD. Relatório de Economia Criativa. Disponível em: https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.